



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA
Ato GP nº 391/2012

ATA DE REUNIÃO

Data	03/08/2018
Início	11:30
Fim	14:30

1. Participantes.

Nome	Unidade
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretoria-Geral
Simone Ferreira de Oliveira e Cruz	Assessoria da Presidência
Érica Ferreira	Assessoria da VPCRE
Gisele Goneli de Lacerda	Assessoria Gabinete da Presidência
Rita de Cássia de C. e S.M de Abreu	Escola Judiciária Eleitoral
Fábio Lami Júnior	Secretaria de Administração
Guilherme Guarino Werneck	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Ana Luíza Claro da Silva	Secretaria Judiciária
Fabiano Freitas Barbosa	Secretaria de Tecnologia da Informação
Fernando José da Fonseca	Secretaria de Orçamento e Finanças
Leandro Quarti Lamarão	Assessoria de Comunicação
Renata Motta Geronimi	Secretaria de Gestão de Pessoas
Soraya Previtali Morisson	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

Convidados

Nome	Unidade
Eline Iris Rabello Garcia da Silva	Seção de Apoio Jurídico
Luciana Souza Batista	Assessoria de Comunicação
Flávia Conceição de Lima Vidal	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Larissa de Matos Biajoli	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Aldenir Acimen de Moraes	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Daniel Breuer	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão

2. Pauta

Deliberações do CGE sobre iniciativas estratégicas, com vistas à revisão do PDE.

3. Descrição da reunião

O Sr. Fabio Lami Junior, Secretário de Administração, na ausência temporária da Diretora Geral, deu início à reunião, passando a palavra para a representante da Asplan, Flavia Conceição de Lima Vidal, para que esta apresentasse, através de telas no Power Point, o status das iniciativas estratégicas, sobre as quais foram feitas as seguintes considerações, com vistas à revisão do PDE.

A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão, Soraya Previtali, lembrou que as alterações feitas no PDE constarão da versão 2, mas que para fins de análise do indicador "*Índice de execução das iniciativas estratégicas*" serão sempre comparadas com a versão 1 (original) do Plano, a fim de verificar sua aderência, como uma forma de monitorar a evolução da maturidade institucional, pelo número de ajustes que devem ser feitos ao longo do exercício em relação ao que foi planejado.

Objetivo/indicador/iniciativa Estruturação do Sistema de Governança do TRE/RJ
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Soraya informou que, embora a iniciativa estivesse prevista para 2019, houve antecipação da capacitação dos gestores em gestão de riscos. A capacitação em gestão de riscos foi concluída em julho desse ano, alcançando todos os gestores. Embora o cronograma de atividades mantenha a capacitação em governança para 2019, Soraya ressaltou a possibilidade de antecipá-la para 2018, sendo necessário, contudo, conversar com todos os gestores, especialmente por se tratar de período eleitoral. Com relação à elaboração de política de gestão de riscos e documentação associada, a previsão de conclusão ficou para setembro deste ano. Esclareceu, ainda, que a iniciativa foi cotada inicialmente em 200.000,00, considerando a abrangência dos dois temas – riscos e governança. Informou que o valor empenhado na capacitação em gestão de riscos foi de R\$ 57.000,00, ora registrado na ficha da iniciativa, razão pela qual sugeriu a manutenção do saldo do valor originalmente orçado, isto é R\$ 143.000,00 na ficha, embora tenha destacado que tal valor tenda a ser reduzido.
Deliberação: Após este esclarecimento, deliberou-se pela aprovação do novo cronograma, com os ajustes propostos.
Prazo: ----
Unidade responsável: -----

Objetivo/indicador/iniciativa: CFTV
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Flavia Vidal, da ASPLAN, informou que algumas etapas foram adiantadas, graças a uma sobra orçamentária que permitiu essa antecipação. Fabiano, da Secretaria de Tecnologia da Informação, ponderou que talvez seja necessário adquirir nobreaks específicos, mas que estão analisando a possibilidade de utilizar um modelo que o TRE já possui. Lembrou ainda

que a função do nobreak, nesta iniciativa, é minimizar riscos. Gisele Goneli, representante da Presidência, em contato com a Responsável, esclareceu que o cronograma apresentado não considera a contratação destes nobreaks.
Deliberação: Feitos os esclarecimentos, deliberou-se pela aprovação do novo cronograma da iniciativa.
Prazo: -----
Unidade responsável: -----

Objetivo/indicador/iniciativa: SEI
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Flávia informou que houve alterações na data de algumas etapas, em função da alteração da data final da implantação de novembro/2018 para janeiro de 2019. Esclareceu que há também necessidade de adequações orçamentárias, excluindo a aquisição de backup em disco e desdobrando a capacitação em duas partes, a primeira a partir de dezembro de 2018 e outra a ser realizada em 2019. Ana Luíza Claro da Silva, da Secretaria Judiciária, perguntou sobre a previsão de normas com relação ao SEI e sua localização na ficha da iniciativa. Sugeriu também a publicação de políticas para gestão dos documentos no SEI. Convidado a prestar esclarecimentos, o gerente do projeto, Daniel Breuer, informou que existe uma previsão de elaboração da norma, e que a divulgação das atividades que vão impactar a iniciativa, num cenário desejável, deve ser feita antes, na fase de treinamento. Com relação à tramitação processual, Ana Luíza argumentou que, pelo fato de processos físicos e digitais não andarem juntos, deveria haver uma política para gerenciar isso. Com relação a essa dúvida, Daniel Breuer, gerente do projeto, informou que existe a IN DG 01, com o entendimento de que o que está tramitando fisicamente assim deve permanecer, a não ser que o gestor do processo digital solicite algo diverso. Desta maneira, para todos os processos criados será definido um gestor digital até 31 de agosto. Fernando José da Fonseca, da Secretaria de Orçamento e Finanças, perguntou quem faria a digitalização, e foi informado que esta atividade ficaria a cargo da SEGDOC.
Deliberação: Sanadas estas dúvidas, deliberou-se pela aprovação da ficha atualizada, com os ajustes propostos.
Prazo: -----
Unidade responsável: -----

Objetivo/indicador/iniciativa: VOIP.
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Flavia Vidal, da ASPLAN, submeteu à aprovação um ajuste no Objetivo Estratégico impactado pela iniciativa, pois é mais adequado considerá-la impulsionando a gestão orçamentária e de custos (OE11) do que a infraestrutura e governança de TIC.
Deliberação: Os membros do CGE aprovaram por unanimidade tal correção, mantendo-se a STI como unidade responsável pela iniciativa.
Prazo: -----
Unidade responsável: -----

Objetivo/indicador/iniciativa: BIOMETRIA
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Foi informado que houve troca na gerência do projeto, com a substituição de Soraya Previtali por Suzana Soares de Araújo, além de adequações na ficha do projeto, como, por exemplo, o prazo limite estendido de 2021, no Plano Original, até 2022.
Deliberação: Os ajustes foram aprovados sem ressalvas pelo CGE.
Prazo: -----
Unidade responsável: -----

Objetivo/indicador/iniciativa: LIMITES
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Foi informado que a iniciativa sofreu vários ajustes por conta do calendário eleitoral, ressaltando-se que os prazos finais foram mantidos.
Deliberação: Houve consenso e aprovação deste novo calendário com as novas datas informadas.
Prazo: -----
Unidade responsável: -----

Objetivo/indicador/iniciativa: EVT – COMUNICAÇÃO TRE COM PÚBLICO INTERNO
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Gisele, da Presidência, comunicou que alguns ajustes foram feitos no cronograma por conta da troca do responsável pelo projeto, tendo impacto no prazo global do mesmo. Segundo

ela, um projeto dessa natureza pode agregar valor pelo saneamento de lacunas (“gaps”) de comunicação, utilização aprimorada dos canais, etc. No referido estudo também é mencionado o Índice de Felicidade no trabalho, que também poderia funcionar como potencializador de resultados positivos. A não realização do projeto pode levar a instituição a ficar estagnada no tempo, sem uma preocupação visível com o retorno das percepções e interesse do público, praticando, dessa forma, um conceito ultrapassado de comunicação. Um fator com potencial de êxito para a iniciativa seria o estabelecimento de uma política de comunicação antes de reestruturar os canais. Entretanto, enfatizou Gisele que a política de comunicação é uma decisão de cúpula, e tem que ser absorvida pelos servidores, com o devido comprometimento, e precisa ser construída de modo coletivo. O grupo poderia se reunir para fazer isso. Gisele afirmou que houve um diagnóstico de todos os canais, e que ficou evidenciado o interesse de se fazer uma ouvidoria interna, com delimitação dos canais, a partir de demandas dos servidores. Entretanto, o sucesso de qualquer iniciativa dependeria de uma definição do que a administração quer, para atender aos servidores. Seria preciso estabelecer qual o tipo de comunicação desejada, se vertical ou horizontal, de modo a evitar uma indefinição de objetivos e precisando o que realmente quer ser veiculado pela instituição. Renata da SGP, responsável pela iniciativa, aproveitou para apresentar ao Comitê o relatório propositivo no qual indica que antes da criação dos canais é preciso uma **política de comunicação**, que poderia ser proposta pelo próprio grupo responsável pelo EVT. Luciana Batista, da Assessoria de Comunicação, lembrou que existem carências tanto para público interno quanto externo, mas que a adoção de política poderia funcionar como uma base para solucionar tais carências. Com a chegada da Diretora Geral, Renata Geronimi reiterou sua exposição sobre a necessidade de uma política de comunicação, acrescentando que, mesmo reconhecendo a possibilidade de melhoria dos canais, haveria o risco de se elaborar diretrizes sem o devido alinhamento com os objetivos da alta administração. Soraya reforçou a necessidade de uma política, não apenas para atender demandas, mas para regular o fluxo de comunicação. Renata sugeriu que o EVT fosse finalizado, e elaborado um Plano de Ação para a elaboração da Política. Soraya sugeriu que a minuta de política, uma resolução, fosse uma entrega do Plano de Ação, com uma ficha contendo todas as etapas no PDE. A gerência poderia ser a mesma do EVT. Após uma intensa discussão sobre a criação de uma ou duas políticas de comunicação, sendo uma para o público interno e outra para o externo, ou uma só política que abarcasse tudo, ficou acordado que haverá um Plano de Ação cuja equipe será formada pelos dois grupos (comunicação interna e comunicação externa), sem prejuízo dos trabalhos conduzidos no outro EVT (externo), para construção da política de comunicação.

Deliberação: Este estudo foi considerado como concluído. E os dois grupos se reunirão para definir o escopo do projeto/plano de ação, com prazo para conclusão das discussões até o final de setembro.

Prazo: 30/09/2018

Unidade responsável: Assessoria Administrativa da Presidência

Objetivo/indicador/iniciativa: EVT – COMUNICAÇÃO COM PÚBLICO EXTERNO
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Flavia informou que a proposta seria retirar o serviço de 0800 do escopo deste estudo. Gisele argumentou que o estudo sobre a viabilidade de implantação do 0800 deveria ficar sozinho, sendo tratado por meio de um EV financeiro, por conta de seu impacto em termos de custos. Desta forma, estaria fora do projeto e não precisaria entrar no PDE.
Deliberação: Foram apresentados ajustes no cronograma, acolhidos integralmente pelos membros do CGE.
Prazo: -----
Unidade responsável: -----

Objetivo/indicador/iniciativa: REDESENHO ORGANIZACIONAL E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Flavia informou que por decisão da alta administração, houve adiantamento do cronograma, para que a iniciativa esteja pronta antes da implementação do SEI. Além disso, por conta da criticidade do projeto, foi alterado o responsável, que passou a ser a Presidência do TRE. A Diretora-Geral informou que a contratação ainda não foi licitada, mas que buscará aproveitar o orçamento do exercício. Explicou que a necessidade de ter o projeto concluído antes da implantação do SEI se dá porque, com a reestruturação, pode haver mudanças organizacionais que alterem os “donos” de documentos já mapeados, e a área de gestão documental tem que ter capacidade de fazer os ajustes antes que o sistema entre em produção definitivamente. Renata lembrou que a SGP está sempre “em dívida” com a lotação das unidades, visto que não há uma “lotação ideal” formalizada, e que o projeto poderia dar conta disso.
Deliberação: Foram apresentados ajustes no cronograma, acolhidos integralmente pelos membros do CGE.
Prazo: -----
Unidade responsável: -----

Objetivo/indicador/iniciativa: EPS – Exame Periódico de Saúde
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Renata lembrou que a ficha do projeto já havia sido apresentada em reunião anterior. Contudo, não fora aprovada porque o prazo estava amplo demais, indo até 2023. Com o objetivo de aumentar as chances de sucesso do projeto, foram feitos ajustes no

cronograma, propondo-se a realização de um piloto dentro da SGP, com prazo de conclusão, em julho de 2019, considerando que a previsão orçamentária global só poderá ser feita após a conclusão do piloto. A Diretora Geral sugeriu que se levasse em consideração a solução adotada pelo TRE-MG, com uso mais racional da verba para servidores e dependentes, contratando Plano de saúde que contemple os exames periódicos dos servidores. Para a gerência foi indicada a servidora Salete Salvina Medeiros, do GABSGP.

Deliberação: Foram feitos ajustes no cronograma, de acordo com sugestões dadas pelos membros do CGE, sendo a ficha, aprovada. A Secretária de Gestão de Pessoas apresentará a nova proposição à equipe da SEAMES.

Prazo: -----

Unidade responsável: -----

Objetivo/indicador/iniciativa: PJE – Zonas Eleitorais

(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa)

Eline Iris Rabello, da Seção de Apoio Jurídico e gerente da Iniciativa, apresentou a ficha do projeto, com os prazos e cronogramas relacionados. Houve dificuldade na estimativa de custos relacionados a algumas atividades. A Diretora Geral ponderou que deveria haver o custo da certificação digital. Após algumas estimativas iniciais, chegou-se a um custo de 40.000,00, tomando como base o número de usuários do PJE em potencial. Eline relatou dificuldades no dimensionamento de algumas atividades, em razão de não ter experiência prévia com projetos dessa natureza, mas o grupo se mostrou receptivo quanto a dar o suporte necessário para que a iniciativa possa ter êxito. Soraya propôs alguns ajustes no cronograma, considerando-se o universo de 165 zonas. Ana Luíza sugeriu, na composição da equipe do projeto, que fosse incluído alguém de TI e alguém da SSG. Com relação aos prazos, Eline apresentou os critérios adotados, como, por exemplo, a questão dos advogados, que poderá ser resolvido através de convênios/parcerias. Fabiano sugeriu que o valor de 40.000,00 poderia ser ajustado para 60.000,00, considerando 3 tokens por cartório, o que foi acolhido pelo Comitê. Além disso, foram feitas adequações de prazo no Plano de Comunicação com a ASCOM e com relação à capacitação.

Deliberação: A ficha foi aprovada pelo Comitê e integrará a nova versão do PDE.

Prazo: -----

Unidade responsável: -----

Objetivo/indicador/iniciativa: JURIMETRIA
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) A Diretora Geral fez a apresentação da iniciativa, tecendo considerações sobre a importância da mesma e dos prazos elencados no cronograma.
Deliberação: Como não houve alterações no mesmo, a ficha foi aprovada pelo CGE na sua forma original.
Prazo: -----
Unidade responsável: -----

Objetivo/indicador/iniciativa: EV – Socioeducativos
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Rita de Cássia, da EJE, apresentou a justificativa e respectivo cronograma da iniciativa. Flavia, da ASPLAN, lembrou as dificuldades existentes em ações que busquem o envolvimento de magistrados para incentivar a cidadania, por conta dos custos e da efetividade que muitas vezes não é alcançada.
Deliberação: Não havendo ajustes adicionais a serem feitos, foi aprovada a iniciativa na forma apresentada.
Prazo: -----
Unidade responsável: -----

Objetivo/indicador/iniciativa: PLS – Resíduos Sólidos
(Breve descrição do que foi discutido sobre o/a Objetivo/indicador/iniciativa) Flavia, da ASPLAN, informou que, por conta de uma parceria a ser formalizada entre o TRE e a UERJ, não haverá mais a necessidade de contratação de uma consultoria para elaborar o Plano de Gestão em resíduos sólidos. Contudo, o cronograma deve sofrer um novo ajuste com a data a ser informada. Com relação a uma possível adesão a uma ata de RP de outro órgão, ela lembrou que não é possível aderir a uma ata em aberto quando ainda não existe uma cotação já levantada no próprio TRE.
Deliberação: A ficha foi aprovada pelo CGE.
Prazo: -----
Unidade responsável: -----

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

De acordo:

Adriana Freitas Brandão Correia

Simone Ferreira de Oliveira e Cruz

Érica Ferreira

Gisele Goneli de Lacerda

Rita de Cássia de C. e S.M de Abreu

Fábio Lami Júnior

Guilherme Guarino Werneck

Ana Luíza Claro da Silva

Fabiano Freitas Barbosa

Fernando José da Fonseca

Leandro Quarti Lamarão

Renata Motta Geronimi

Soraya Previtali Morisson

Eline Iris Rabello Garcia da Silva

Luciana Batista

Flávia Conceição de Lima Vidal

Larissa de Matos Biajoli

Aldenir Acimen de Moraes

Daniel Breuer